

ANEXO II
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO DE METAS FISCAIS
(LRF, art. 4º, § 1º)

METAS ANUAIS

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2017			2018			2019		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	26.902.341.731	25.408.331.820	0,416	28.780.498.857	25.791.997.630	0,445	27.636.064.592	23.566.846.326	0,428
Receitas Primárias (I)	24.003.130.149	22.670.126.699	0,371	25.678.882.037	23.012.445.612	0,397	24.657.781.164	21.027.094.415	0,382
Despesa Total	26.902.341.731	25.408.331.820	0,416	28.780.498.857	25.791.997.630	0,445	27.636.064.592	23.566.846.326	0,428
Despesas Primárias (II)	26.069.775.747	24.622.002.028	0,403	27.889.808.203	24.993.794.258	0,432	26.780.791.563	22.837.506.300	0,414
Resultado Primário (III) = (I - II)	-2.066.645.598	-1.951.875.329	(0,032)	-2.210.926.166	-1.981.348.646	(0,034)	-2.123.010.398	-1.810.411.886	(0,033)
Resultado Nominal	1.352.388.385	1.277.284.081	0,021	1.446.803.879	1.296.571.071	0,022	1.389.272.842	1.184.712.080	0,021
Dívida Pública Consolidada	9.315.011.146	8.797.706.031	0,144	9.965.328.309	8.930.551.392	0,154	9.569.064.741	8.160.086.523	0,148
Dívida Consolidada Líquida	7.157.703.318	6.760.203.360	0,111	7.657.410.430	6.862.282.431	0,119	7.352.919.430	6.270.253.193	0,114
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	214.364.073	202.459.457	0,003	214.364.073	192.104.998	0,003	214.364.073	182.800.455	0,003
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV - V)	-214.364.073	-202.459.457	(0,003)	-214.364.073	-192.104.998	(0,003)	-214.364.073	-182.800.455	(0,003)

cenário macroeconômico considerado:

VARIÁVEIS	2017	2018	2019
PIB real (crescimento % anual)	0,26	1,51	1,96
IPCA (% anual)	5,88	5,39	5,09
Projeção do PIB da União	6.461.906.172.526	6.913.036.979.245	7.407.302.808.494

ANEXO II - METODOLOGIA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017 (Art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS E PROJEÇÕES FISCAIS (Art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2017		2018		2019	
	PIB (P1)	1,0026	PIB (P2)	1,0151	PIB (P3)	1,0196
	IPCA (I1)	1,0588	IPCA (I2)	1,0539	IPCA (I3)	1,0509
	PROJEÇÃO		PROJEÇÃO		PROJEÇÃO	
	corrente (A)	constante (B) = A/I1	corrente (C) = A*P2*I2	constante (D) = C/I1/I2	corrente (E) = C*P3*I3	constante (F) = E/I1/I2/I3
I - RECEITAS FISCAIS						
I.1 - Receitas Correntes + Capital (C)	26.902.341.731	25.408.331.820	28.780.498.857	25.791.997.630	27.636.064.592	23.566.846.326
I.1.1 - Receitas de Origem Tributária	16.342.462.819	15.434.891.216	17.483.393.721	15.667.958.073	16.788.180.099	14.316.237.363
I.1.1.1 - Receita Tributária ⁽¹⁾	15.887.716.546	15.005.399.080	16.996.899.841	15.231.980.606	16.321.031.272	13.917.872.951
I.1.1.2 - Outras Receitas de Origem Tributária ⁽¹⁾	454.746.273	429.492.135	486.493.879	435.977.467	467.148.827	398.364.412
I.1.2 - Transferências da União ⁽²⁾	-	-	-	-	-	-
I.1.3 - Demais Receitas ⁽³⁾	10.559.878.912	9.973.440.604	11.297.105.137	10.124.039.558	10.847.884.493	9.250.608.963
I.2 - Deduções (Receitas Financeiras)	2.899.211.582	2.738.205.121	3.101.616.820	2.779.552.018	2.978.283.428	2.539.751.911
I.2.1 - Aplicações Financeiras ⁽⁴⁾	737.803.283	696.829.697	789.312.200	707.351.825	757.925.811	646.326.508
I.2.2 - Operações de Crédito ⁽⁵⁾	1.582.525.545	1.494.640.673	1.693.007.809	1.517.209.748	1.625.686.664	1.386.315.611
I.2.3 - Alienação de Bens	368.835.184	348.352.082	394.585.003	353.612.198	378.894.636	323.105.036
I.2.4 - Amortizações	210.047.570	198.382.669	224.711.808	201.378.247	215.776.317	184.004.755
Total das Receitas Fiscais (I.1 - I.2) (A)	24.003.130.149	22.670.126.699	25.678.882.037	23.012.445.612	24.657.781.164	21.027.094.415
II - DESPESAS FISCAIS						
II.1 - Despesas Correntes + Capital (D)	26.902.341.731	25.408.331.820	28.780.498.857	25.791.997.630	27.636.064.592	23.566.846.326
II.1.1 - Pessoal e encargos ⁽⁶⁾	14.677.724.095	13.862.603.036	15.702.433.110	14.071.928.342	15.078.038.009	12.857.901.800
II.1.2 - Demais Despesas ⁽³⁾	12.224.617.636	11.545.728.784	13.078.065.747	11.720.069.288	12.558.026.583	10.708.944.526
II.2 - Deduções (Despesas Financeiras)	832.565.984	786.329.792	890.690.654	798.203.372	855.273.029	729.340.025
II.2.1 - Juros e Encargos da Dívida ⁽⁶⁾	238.650.439	225.397.090	255.311.554	228.800.586	245.159.288	209.061.288
II.2.2 - Amortização da Dívida ⁽⁶⁾	250.983.701	237.045.430	268.505.849	240.624.816	257.828.922	219.865.407
II.2.3 - Concessão de Empréstimos	342.931.844	323.887.272	366.873.250	328.777.970	352.284.819	300.413.330
II.2.4 - Aquis.de Título de Capital já Integr.	-	-	-	-	-	-
Total das Despesas Fiscais (II.1 - II.2) (B)	26.069.775.747	24.622.002.028	27.889.808.203	24.993.794.258	26.780.791.563	22.837.506.300
III - RESULTADO PRIMÁRIO (A- B)	-2.066.645.598	-1.951.875.329	-2.210.926.166	-1.981.348.646	-2.123.010.398	-1.810.411.886
IV - RESULTADO NOMINAL	1.352.388.385	1.277.284.081	1.446.803.879	1.296.571.071	1.389.272.842	1.184.712.080
V - DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA ⁽⁵⁾	9.315.011.146	8.797.706.031	9.965.328.309	8.930.551.392	9.569.064.741	8.160.086.523
VI - DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA ⁽⁵⁾	7.157.703.318	6.760.203.360	7.657.410.430	6.862.282.431	7.352.919.430	6.270.253.193

NOTAS:

(1) As estimativas das Receitas de Origem Tributária, constituídas de impostos, taxas, dívida ativa dos tributos, multas e juros de mora dos tributos e da dívida ativa, para o período de **2017 à 2019**, em valores correntes e constantes, utilizando o ano base **2016**, foram informadas pela Secretaria de Estado de Fazenda.

(2) Após a instituição do Fundo Constitucional pela Lei 10.633/2002, os recursos destinados a atender as áreas de segurança e parte dos recursos da saúde e da educação são gerenciados diretamente pela Esfera Federal, motivo pelo qual não constam do sistema contábil do Distrito Federal.

(3) Os ajustes necessários para atingir o equilíbrio orçamentário, onde receita deve ser igual a despesa, foram alocados nas demais despesas (item II.1.2).

(4) Foi considerado como aplicações financeiras o total das contas: 1325.00.00 - remuneração de depósitos bancários das receitas patrimoniais e 1328.00.00 - remuneração dos investimentos do regime próprio de previdências dos servidores públicos do Distrito Federal.

(5) Os valores das Operações de Crédito, de Juros e Encargos da Dívida, da Amortização da Dívida, da Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, para o período de **2017 a 2019**, foram informados pela Subsecretaria do Tesouro/SEF.

(6) As despesas com Pessoal e Encargos do Poder Executivo, referentes a **2017**, foram obtidas a partir de nova estimativa, tendo por base o valor realizado no mês de **Março/2016**, somadas ao crescimento vegetativo de 3,6% e, também, das despesas autorizadas a sofrerem acréscimos, tais como criação de cargo, reajustes e nomeações decorrentes de concurso público, constantes do Anexo IV desta Lei, além de Despesas de Exercícios Anteriores, Pessoal Requisitado, Sentenças Judiciais e Indenizações Trabalhistas. Para **2018** e **2019**, foram acrescidos os reajustes autorizados e o crescimento vegetativo. As despesas do Poder Legislativo foram elaboradas conforme informações fornecidas pela CLDF e TCDF, acrescidas das projeções para sentenças judiciais, despesas de exercícios anteriores e pessoal requisitado, cuja projeção é elaborada pela SEPLAG. As despesas da Defensoria Pública compõem o montante do Poder Executivo e será programada na Lei Orçamentária conforme as disposições desta Lei.

Observações:

1) Para o cálculo do resultado nominal adotou-se o critério "abaixo da linha", que representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida ao final de cada exercício em relação ao apurado no mesmo período do exercício imediatamente anterior.

2) Preços Constantes: a conversão de valores correntes para constantes foi realizada com o uso do IPCA, trazendo os valores das metas anuais a preços praticados de acordo com as previsões da **LDO/2016**.

3) As expectativas de mercado para a taxa de inflação (IPCA) e PIB, foram obtidos no site do **Banco Central do Brasil, na data de referência (08/04/2016)**.

4) O cálculo das Metas Anuais foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela Secretaria do Tesouro Nacional sendo indicativo para a manutenção do equilíbrio fiscal do período.